



A Diáspora Negra e a presença de africanos escravizados em Itapemirim - ES (1860-1870)

Laryssa da Silva
Machado ¹

The Black Diaspora
and the presence of
Africans enslaved in
Itapemirim-ES
(1860-1870)

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.69652>

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes – ES. E-mail: assyrall@gmail.com.

Resumo:

Este trabalho pretende relacionar a Diáspora Negra à presença de africanos escravizados em Itapemirim-ES, entendendo que estes estudos contribuem para os novos trabalhos da historiografia brasileira e para o movimento que estuda a Diáspora Africana, uma vez que procura revelar a existência de africanos escravizados em Itapemirim. De fato, muitas questões continuaram obscuras, mas é certo que havia africanos nas escravarias capixabas e itapemerinenses que, como será demonstrado, era uma das principais regiões econômicas capixabas no século XIX. Estes dados podem ser observados através da análise de registros de óbitos e batismos de escravos de Itapemirim, que apresentam um número significativo de africanos, revelando que esta região era ponto de chegada de muitos dos que vieram da África.

Palavras-chave: Diáspora Africana, Escravidão em Itapemirim, Registros Eclesiásticos, Africanos, Africanos escravizados.

Abstract:

This work intends to relate the Diaspora Negra to the presence of enslaved Africans in Itapemirim-ES, understanding that these studies contribute to the new works of Brazilian historiography and to the movement that studies the African Diaspora, since it seeks to reveal the existence of Africans enslaved in Itapemirim. In fact, many questions remained unclear, but it was certain that there were Africans in the Capixabas and Itapemerinenses slaves, which, as will be shown, was one of the main economic regions of the state in the nineteenth century. These data can be observed by analyzing Itapemirim slave deaths and baptisms, which show a significant number of Africans, revealing that this region was the point of arrival for many of those who came from Africa.

Keywords: African Diaspora, Slavery in Itapemirim, Ecclesiastical Records, Africans, Enslaved Africans.

Introdução

A historiografia nos últimos anos vem sofrendo uma série de alterações em seus estudos, em várias áreas incluindo a escravidão. A partir da década de 1970, novas pesquisas foram sendo realizadas no Brasil e em outros países, utilizando fontes antes descartadas, tais como “livros tombo, livros paroquiais de registros de nascimento, de batismo, de matrimônio e de óbitos; inventários e testamentos *post-mortem*, listas de escravos, cartas e registros de alforrias, entre outros” (FILHO, FILHO, 2012, p.2). Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram sendo descobertas e analisadas. Segundo Hebe Mattos

A partir dos debates historiográficos abertos pelas novas pesquisas sobre a história social da escravidão no período colonial, destaco, portando, uma renovada preocupação com a historicidade dos processos, que empresta novos significados à história política em sentido estrito. Sem voltar ao velho historicismo de problema único: o surgimento da nação entendido como construção essencializada, cada vez mais a dinâmica histórica dos processos estudados e a explicitação da questão formulada pelo historiador torna-se elementos chaves a possibilitar um denominador comum às discussões historiográficas. (MATTOS, 2014, p.85)

Inúmeros trabalhos inovadores, produzidos a partir da década de 1970, trazem novos aspectos da sociedade colonial brasileira a partir dos estudos sobre a expansão e governabilidade do Império português e sobre a escravidão, destacando a Diáspora Africana no Atlântico. Outros autores como Manolo Florentino e João Fragoso, em suas pesquisas romperam o paradigma metrópole-colônia a respeito do tráfico de escravos, uma vez que, quem o controlava eram comerciantes sediados na colônia e o comércio era realizado diretamente com a África¹. Além disso, a pesquisa de Florentino e José Roberto Góes sobre família escrava no Rio de Janeiro² e o trabalho sobre o mesmo assunto em Campinas-SP de Robert Slenes³ são importantes quebras de paradigma no assunto.

Para Florentino e Góes, “as estratégias senhoriais deveriam ser, antes de tudo, políticas. A política escravista não pode ser resumida aos custos econômicos da manutenção de um aparato de vigilância sobre os cativos [...] e não permite construir legitimamente um problema teórico relevante.” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.30). Assim, os estudos que polarizam a relação senhor-escravo acabam por não contemplar todos os pormenores desta relação. Importante destacar que, como afirma Slenes “os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão [...] Apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos.” (SLENES, 2011, p.54)

¹ MATTOS, 2014, p.79-82.

² FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

³ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2011.

Seguindo essa mesma linha, Maria de Fátima Gouvêa vai destacar as redes existentes dentro do Império português. Segundo ela, essas novas pesquisas realizadas revelam a importância das conexões entre grupos de traficantes espalhados nos vários territórios imperiais.

O tráfico de escravos e a escravidão foram revisados, percebendo-se a importância das conexões que articulavam grupos traficantes espalhados por diferentes áreas do império português, bem como o perfil demográfico das levas de escravos africanos chegando a América portuguesa. Novos olhares possibilitaram também perceber o papel ativo desempenhado pelos escravos na conformação da sociedade colonial, através de diferentes formas de resistência e interação dos escravos com os demais grupos sociais que habitavam as áreas coloniais. (GOUVÊA, 2010, p.159-160)

Essa revisão historiográfica fez com que pesquisas sobre escravidão utilizando o novo conjunto de corpus documental fossem desenvolvidas em todo o Brasil. Não apenas regiões que se destacaram economicamente no período colonial e imperial, mas outros locais com economia voltada para o abastecimento interno, sem o devido destaque político/econômico, começaram a ter suas escravarias pesquisadas. O Espírito Santo é um exemplo disso. Apesar de ter sido uma das quinze primeiras Capitânicas Hereditárias, muitas lacunas na historiografia ainda existem, sofrendo um impulso produtivo com a criação dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo nos respectivos anos: em 2003 é criado o curso de mestrado e em 2011 o curso de doutorado⁴. Trabalhos sobre escravidão vêm sendo desenvolvidos pelo grupo liderado pela Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos, docente desta academia, revelando detalhes do cotidiano escravo em várias regiões capixabas.

Este trabalho se enquadra nesse perfil, uma vez que pretende analisar a presença de africanos escravizados em Itapemirim-ES na segunda metade do século XIX, utilizando como fonte os livros de registro de batismo e óbito de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim. Através destes registros pode-se perceber a presença de africanos entre as escravarias, uma vez que os párocos, ao realizarem os registros, geralmente colocavam tal observação. Compreendem então um corpus documental na busca por resgatar parte da história afro-brasileira.

O próprio termo “Diáspora Africana” ou “Diáspora Negra” foi elaborado e passou a ser utilizado nas últimas décadas, como será demonstrado em pesquisa bibliográfica neste trabalho. Essa mudança na historiografia mundial dinamizou as relações e revelou as redes existentes na história que por muito tempo foram ocultadas. Assim, personagens que por séculos ficaram sem voz, como o caso dos escravos, passaram a ser agentes da história, tendo suas relações e estratégias reveladas.

A Diáspora Africana: imigração forçada e violenta de um continente para o outro

⁴Disponível em: <<http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/hist%C3%B3rico>>

Quando se pensa em imigração relaciona-se a ideia àqueles povos que, por problemas enfrentados como guerras, crises financeiras e políticas, dentre outros, resolveram sair de seu território. Mas esquece-se de uma série de imigrações forçadas que aconteceram ao longo da história. A vinda dos africanos para a América é um exemplo deste tipo de imigração. Por isso, historiadores e representantes do movimento civil negro passaram a utilizar o termo “Diáspora Africana” ou “Diáspora Negra” para se referirem a vinda forçada dos africanos para trabalharem como escravos.

Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos nos últimos anos relacionados a essa questão. Como destaca Nei Lopes, na Nota do Autor da “Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana”, os trabalhos acadêmicos sobre o negro que foram realizados no passado, abordavam o ponto de vista da ciência, da criminologia e da psiquiatria forense, ramos da medicina legal. Após essa fase, outros trabalhos passaram a ser produzidos, onde o negro era mera estatística, salvando raras exceções, sendo estes trabalhos demográficos ou trabalhos com fontes seriais, sem analisar as peculiaridades e especificidades de cada caso. Este trabalho utilizará dados seriais para demonstrar a presença dos africanos no Espírito Santo e em Itapemirim, região sul dessa antiga Capitania Hereditária e Província e atual estado, porém observando e analisando as especificidades da região. Sobre essa nova produção acadêmica, que abrange os trabalhos sobre a diáspora africana, afirma Nei Lopes:

Felizmente, entretanto, o novo século já vê a antítese dessa figura. Trata-se do intelectual negro militante, que, tendo também tido acesso aos bancos acadêmicos, combate o racismo com números, fundamentando sua luta em pesquisas quantitativas sobre a desigualdade de fundo etnoracial. Por meio desse novo perfil, os negros começaram a falar em seu próprio nome, dispensando intermediários, sejam eles os “especialistas” como os do perfil antes visto, sejam os sociólogos e antropólogos do poder hegemônico (LOPES, 2011, p.18).

O que se percebe com esta fala é o empoderamento de intelectuais negros e o impacto de sua produção acadêmica, discutindo a “Diáspora Africana”, termo este que passou a ser utilizado como uma luta antirracismo, uma maneira de firmar o negro em seu lugar na sociedade, tirando dele o estigma de inferioridade da escravidão. Tavares destaca que o termo é algo que veio para ficar, referindo-se a comunidade global, conceito este ambíguo, já que se refere a uma multiplicidade de experiências de inúmeros fragmentos populacionais. Tal conceito faz alusão a Diáspora Judaica, que levou os judeus a se espalharem pelo mundo, evento semelhante ao ocorrido com os africanos, com a diferença que estes foram retirados de seu continente para serem trabalhadores escravizados.

Do mesmo modo, o conceito diáspora passou a ser utilizado por religiosos, ativistas e intelectuais ligados às tradições africanas e à luta antirracista. Assim, também como os judeus, os descendentes de africanos espalharam-se pelo mundo. Contudo, a marcante diferença encontra-se no fato de que estes o fizeram, sobretudo, de modo compulsório e como resultado da escravidão. Uma vez instalados em quaisquer dos continentes, por mais que

as tradições fossem represadas ou aniquiladas, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e re-criação da memória cultural dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Com esta rede de interação, as múltiplas culturas africanas, que se espalharam pelo mundo, preservaram visíveis traços das inúmeras comunidades étnicas a que pertenciam, sendo os mais marcantes aqueles manifestos por meio da força do ritmo musical, dos movimentos assimétricos na dança, na culinária e nas sabedorias de cura extraídas da fauna e da flora tropical (TAVARES, 2008/2010, p.81).

Essa rede de interação da cultura africana, como citado por Tavares, não diz respeito apenas às questões culturais. As produções acadêmicas sobre a diáspora também estão acontecendo em rede. Heywood destaca que, desde a década de 1960, muitos estudos surgiram tratando as questões culturais e políticas envolvendo o tema, principalmente nos Estados Unidos e também no Brasil. A partir da década de 1990, trabalhos enfatizando linguística comparativa, religião, política, arqueologia, música e nas tradições da arte performática ganharam destaque, mudando o foco dos estudos produzidos, que antes abordavam apenas as questões políticas e econômicas. “As contribuições mais estimulantes concentram-se na África e no papel dinâmico desempenhado por escravos nascidos na África, na criação e desenvolvimento de culturas afro-diaspóricas nas Américas.” (HEYWOOD, 2008, p.17)

Outro tema que ganhou destaque nesse período e dentro dessa ideia de Diáspora foi o conceito de criouliização, muito estudado nos últimos anos. Price, em seu artigo “O Milagre da Crioulização”, vai destacar que, tal assunto ainda gera muitas controvérsias, já que muitos trabalhos produzidos estão carregados de ideologia. Esse conceito vem sendo interpretado do ponto de vista linguístico, porém, depende da história para que seja investigado o contexto sociocultural. “No cômputo final, é só quando as narrativas rivais se confrontam e são cuidadosamente cotejadas que podemos começar a elaborar as razões para dar maior crédito a esta ou àquela. Não temos muita escolha senão continuar a lavrar os campos” (PRICE, 2003, p.411).

Outro autor que vai escrever sobre o assunto é Hall, criticando muitos trabalhos que pretendem falar sobre criouliização, mas que, segundo ele, são superficiais e incompletos. Este conceito, conforme apresenta em seu artigo, “África e africanos na diáspora africana: os usos de bancos de dados relacionais”, varia de acordo com os autores. A versão mais recente foi elaborada por Linda Heywood e John Thornton, de que a geração que moldou as culturas “crioulas” era formada por africanos católicos e europeizados da região centro-ocidental da África. Ele vai destacar a importância do uso dos bancos de dados históricos como importantes fontes para tais pesquisas, uma vez que “são ferramentas magníficas e inovadoras”. Eles podem integrar uma imensa quantidade de dados objetivos e detalhados em padrões amplos, permitindo análises relacionadas a um determinado intervalo de tempo e a um específico lugar” (HALL, 2010, p.320)

Hall, diferente de Lopes, citado anteriormente, vê nos bancos de dados e nas pesquisas estatísticas uma maneira de estudar e conhecer um determinado lugar e tempo

específico. Assim sendo, pesquisas que falam sobre os temas relacionados à Diáspora Africana são atuais e necessários. Conectar trabalhos de diversas regiões no mundo a essa rede de informações é importante para que peças do quebra-cabeça da diáspora negra sejam encontradas e encaixadas. O presente trabalho tenta demonstrar, através dos registros eclesiásticos de batismos e óbitos de Itapemirim-ES, a presença de africanos entre a população escrava desta região, podendo ser configurado como uma das peças deste grande quebra-cabeça. Muitos ainda são os temas e questões a serem pesquisados e questionados. Conforme demonstra Heywood

A grande questão que ainda requer atenção, todavia, é saber em que medida a origem cultural africana e as noções de etnia e identidade orientaram as culturas escravas afro-diaspóricas e americanas. A questão divide a comunidade acadêmica. Um grupo de estudiosos argumenta que as sociedades africanas eram tão fragmentadas e que o impacto do comércio escravo e a agricultura eram tão destrutivos que isso impediu a continuação das culturas africanas nas Américas. Argumento contrário aponta que as identidades e etnias africanas eram tão importantes que influenciaram o processo de crioulização nas Américas. (HEYWOOD, 2010, p.23-24)

O Espírito Santo e os africanos

O Espírito Santo, uma das quinze primeiras Capitâneas Hereditárias brasileiras, iniciou seu processo de colonização em 1535, quando o capitão donatário Vasco Fernandes Coutinho chegou ao litoral capixaba. Uma de suas primeiras medidas foi à ordem para “a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir” (DAEMON, 2010, p. 111). Aparentemente, nos primeiros anos de colonização o cultivo da cana foi bem sucedido. Segundo Freire, “em 1545, havia aqui seis engenhos, dos quais dois movidos a cavalo” (FREIRE, 2006, p.59). Pau-brasil e açúcar eram os principais produtos da região, mas fatores adversos, entre eles a constante ameaça indígena estagnaram a produção⁵.

No entanto, o engenho açucareiro capixaba, mesmo que sem ter destaque semelhante aos nordestinos, colaborou para a consolidação da colonização do Espírito Santo, dinamizando a Capitania, já que em alguns engenhos existiam olarias, ferrarias, carpintarias, serrarias e artesanato têxtil. Essas produções provavelmente estavam voltadas à subsistência do próprio engenho, uma vez que a comunicação entre eles era dificultada pela mata fechada e o ataque dos índios presentes na Capitania⁶. Plantavam-se também alimentos como mandioca, algodão, milho, feijão e arroz, que era utilizado para alimentação dos moradores de cada propriedade⁷.

O Espírito Santo, que já nascera sob a égide da agroindústria açucareira, apesar das adversidades, criara tradição no setor. Em 1820, contavam-se na

⁵BITTENCOURT, 1989.

⁶BITTENCOURT, 1987.

⁷OLIVEIRA, 2008.

província cerca de 60 engenhos e 66 destilarias (engenhocas, talvez). Nessa mesma época, produzia-se ainda: algodão, feijão, arroz, café, milho e legumes diversos, sendo a farinha de mandioca um dos principais componentes da sua base alimentar (BITTENCOURT, 1989, p. 36).

A mão-de-obra utilizada nos grandes engenhos era a escrava, como nas demais regiões açucareiras do Brasil. Segundo CAMPOS “a mão-de-obra escrava configurava um ativo bastante difundido na colônia brasileira, incluindo até mesmo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo” (CAMPOS, 2006, p. 577). Assim, o Espírito Santo recebeu muitos escravos oriundos da África, e outros vindos de outras regiões do Brasil, podendo ser encontrados africanos escravizados de diversas partes, e outros negros transferidos, principalmente da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e outras regiões do Nordeste. Sendo assim, segundo Cleber Maciel:

Documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores. Embora, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só tenha ocorrido após 1561 (MACIEL, 1994, p. 11).

Os primeiros séculos da Capitania capixaba foram complicados devido à instabilidade política, onde o governo, em boa parte do tempo, vai ser exercido por capitães-mores, desde a passagem da Capitania aos herdeiros diretos de Coutinho até o século XVIII. Ribeiro vai explicar que “a transferência de comando da Capitania para capitães-mores era uma prática comum” (RIBEIRO, 2012, p.173). Mas essa instabilidade vai gerar reclamações da população capixaba. Uma das medidas tomadas nesse período vai ser o fim da alfândega, levando ao encerramento da navegação direta entre a Capitania do Espírito Santo com a Europa e a África (CUNHA, 1842).

Essa informação pode nos fazer acreditar que havia relações de comércio entre essas regiões e que, possivelmente muitos africanos vieram diretamente do continente para a Capitania do Espírito Santo nestes primeiros séculos de colonização para serem escravizados. Para isso, seria importante analisar os dados populacionais, mas os mesmos só são confiáveis a partir de 1790. Neste ano, o Espírito Santo contava com 22.493 habitantes, sendo 6.834 escravos. Em 1824 a população capixaba era formada por 22.165 livres e 13.188 escravos somando 35.353 habitantes; em 1856 havia 36.793 livres, 12.100 escravos, num total de 48.893 habitantes; e em 1872 os habitantes capixabas eram 59.478 livres e 22.659 escravos num de 82.137 habitantes⁸.

Percebe-se, por estes números, que a produção capixaba, apesar de pequena, utilizava mão de obra escrava. Campos, analisando inventários *post-mortem* do Cartório de 1º Ofício de Vitória, encontrou os seguintes dados sobre a origem destes escravos da sede

⁸CAMPOS, 2011, apud Capitão-Mor Ignacio João Mongiardino (*apud* OLIVEIRA, José T. de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239); VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; RELATÓRIO do Presidente de Província – Barão de Itapemirim de 25 de maio de 1857; IBGE. Censo de 1872.

capixaba: entre os anos de 1790-1819 – 1266 crioulos (77,8%), 331 angolas (20,3%), 6 benguelas (0,4%), 5 congos (0,3%), 18 minas (1,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1627 escravos, além dos 252 escravos sem identificação. Já entre os anos de 1850-1871, período marcado pela promulgação da Lei Eusébio de Queirós⁹ e da Lei Rio Branco (Ventre Livre)¹⁰, apresenta os seguintes dados: 880 crioulos (60,3%), 81 de nação (5,6%), 32 angolas (2,2%), 3 benguelas (0,2%), 8 congos (0,5%), 5 minas (0,3%), 6 moçambiques (0,4%), 2 caribocas (0,1%), 1 cabinda (0,1%), 01 canange (0,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1020 escravos, além dos 439 sem identificação¹¹.

Percebe-se que havia um grande número de escravos “crioulos” em Vitória, o que configura a reprodução endógena dessas escravarias. Entre 1790-1819 a porcentagem de “crioulos” era de 79% enquanto apenas 21% eram africanos. Já entre 1850-1871 86% eram “crioulos” e apenas 14% eram africanos. Esse fato é explicado pela igualdade entre os sexos nas escravarias.

O primeiro indício da singularidade do escravismo em terras capixabas é fornecido pela estimativa populacional produzida no ano de 1824, na qual se registrou a existência de 7.016 (53,2%) cativos e 6.175 (46,8%) cativas. De um estoque de 13.188 escravos em 1824, a Província saltou para 22.659 cativos em 1872, não obstante a composição sexual desse novo contingente permanecesse equilibrada. Os homens somavam, na época, 11.859 (52,3%) indivíduos e as mulheres, 10.800 (47,7%). Cachoeiro do Itapemirim, município da região sul da Província, também apresentava população com notável equilíbrio de sexos, apesar de se afigurar fronteira agrícola e sediar unidades produtoras do tipo *plantation*. Lá existiam 4.222 (56,4%) escravos e 3.260 (43,6%) cativas, enquanto a razão de masculinidade mantinha-se no patamar de 129, de acordo com o censo de 1872. (CAMPOS, 2011, p.88)

Essa presença pequena de africanos escravizados em Vitória não é percebida em outras regiões do Espírito Santo, como nos revela os registros eclesiásticos de Itapemirim. Analisando os registros de batismo e óbito de escravos no período de 1860 à 1870, será percebido que havia um número significativo de africanos escravizados dentro das escravarias itapemerinenses. Esses dados serão analisados no próximo ponto, revelando que, além da grande quantidade de africanos entre os escravizados, muitos podem ter vindo clandestinamente após a promulgação da lei Euzébio de Queirós.

Itapemirim e os escravizados africanos

A região de Itapemirim estava entre as primeiras sesmarias, doada por Vasco Fernandes Coutinho à Pedro da Silveira em 1539. Segundo Daemon “Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de

⁹ Lei que proibia o tráfico internacional de escravos no Brasil, promulgada em 1850.

¹⁰ Lei que considerava livre todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data. Promulgada em 1871.

¹¹ CAMPOS, 2011.

Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação” (DAEMON, 2010, p.114). Aparentemente a mesma não foi bem sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reaparecerão no início do século XVIII. Em 1674 o herdeiro da Capitania Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo estas terras, que por sua vez, iniciou uma busca por ouro, colonizando assim a região de Vila Velha à Benevente. Segundo Moreno,

Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou ocorrendo para o sul, até chegarem ao Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde acabaram se fixando. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá (...) e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha. (MORENO, 2016, p.19)

A colonização efetiva dessa região ocorrerá apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo¹², após ataque indígena. “Até por volta de 1700 nada havia de concreto no Itapemirim, porém, nos anos seguintes a região virá a crescer até se tornar a segunda maior arrecadação da província, e importante polo econômico e político.” (BRANDÃO *et al*, 1999, p. 1).

Em 1771, os puris atacaram as minas do Castelo, obrigando quantos ali trabalhavam a abandonar a região. A fim de assegurarem às mulheres e crianças retirada mais ou menos segura, homens monopolizaram a atenção dos atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p. 222)

A partir de então, a região vai se desenvolver, através das lavouras de açúcar, inicialmente, e depois do café. Em 1808, segundo relatos da passagem do Desembargador Luís Tomás de Navarro, havia nas margens do Rio Itapemirim seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Em 1828, eram seis sesmarias cultivadas e três confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados. A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, contando com a ajuda de mineiros e paulistas, que migraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2008). Oliveira destaca o exemplo do Barão de Itapemirim, “belo exemplar de bandeirante do século XIX. Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas (...). As primeiras estradas já permitiam trânsito mais fácil entre os diferentes núcleos de população” (OLIVEIRA, 2008, p.355)

¹² Região no interior do Espírito Santo onde foi encontrado ouro.

Essa migração mineira e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado do Brasil no século XIX. Ao longo da segunda metade do século XIX, o açúcar, a aguardente e o café serão os principais produtos exportados pelo Porto da Barra de Itapemirim, de acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo referente aos anos de 1851, 1857, 1861, 1862, 1863¹³.

Tudo isso gerou uma nova era de prosperidade para a Província, cujas rendas baseavam-se (...) na agricultura, registrando os primeiros superávits do período. As vilas canavieiras, entretanto, que não conseguiram substituir a produção tradicional, iniciaram um trajetória de franca decadência, como a Vila de Itapemirim (BITTENCOURT, 2002, p. 191).

A produção do café dinamizou a região sul do Espírito Santo. Segundo Brandão *et al*, “O crescimento da produção do açúcar, o café que já surge como uma rica opção e o comércio tiram à região do Itapemirim do secular abandono”. (BRANDÃO *et al*, 1999, p. 14). A navegação a vapor pelo Rio Itapemirim tornou-se de extrema importância para o escoamento do café, sofrendo melhorias significativas, possibilitando a navegação por diversas regiões litorâneas, chegando até o Porto da Barra, em Itapemirim, onde as mercadorias eram encaminhadas até o porto do Rio de Janeiro, para serem exportadas (BITTENCOURT, 1989).

Apesar da decadência citada por Gabriel Bittencourt, a Vila de Itapemirim continuou tendo sua importância, já que, a produção do café de Castelo, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, dentre outras regiões, era exportada para o Rio de Janeiro pelo Porto da Barra, localizado na foz do Rio Itapemirim, sendo este o porto mais importante da região sul. Nesse período, grandes navios a vapor ancoravam no porto da Barra em Itapemirim. As vias fluviais e ferroviárias desembarcavam toneladas de sacos de café que seguiam para outras regiões.

O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim (...). A importância do Porto (...) derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo, a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior (HESS, FRANCO, 2005, p. 34).

Para o trabalho nessas fazendas era utilizada mão de obra escrava. Muitos escravos povoavam a população de Itapemirim no século XIX, conforme demonstrado nos dados a seguir: 1824: 2.332 livres e 1.148 escravos, total de 3480 habitantes; 1856: 4968 livres e 3454 escravos, total de 8.422 habitantes; 1872: 17.822 livres e 10.355 escravos, total de 28.177

¹³ Relatórios apresentados pelos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Espírito Santo: 1852 – Bacharel José Bonifácio Nascentes D’Azambuja; 1858 – Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; 1862 – José Fernandes da Costa Pereira Júnior; 1863 – Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

habitantes¹⁴. Florentino destaca que, após acordo retificado entre Brasil e Inglaterra em 1831, houve um aumento considerável nos desembarques anuais de escravos no Rio de Janeiro até 1850¹⁵, sendo 40 mil africanos entre 1838-1839 e 50 mil africanos entre 1846-1850 desembarcando no porto carioca¹⁶. Campos vai observar que, neste período houve um aumento no número de cativos, uma vez que a ameaça do fim do tráfico levava os senhores de escravos a incrementarem suas escravarias. Além disso, a expansão cafeeira no sul fazia com que as fazendas necessitassem de quantidade maior mão de obra, incrementando assim as escravarias de Itapemirim¹⁷.

TABELA 1:

NÚMERO DA POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM E DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE 1824, 1856 E 1872

ANO	ITAPEMIRIM			ESPÍRITO SANTO		
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1824	2.332 (67%)	1.148 (33%)	3.480	23.317 (64%)	13.184 (36%)	36.501
1856	4.968 (59%)	3.454 (41%)	8.422	36.793 (75%)	12.100 (25%)	48.893
1872	17.822 (63%)	10.355 (37%)	28.177	59.478 (72%)	22.659 (28%)	82.137

Fonte: CAMPOS, 2011, *apud* (Ano de 1824) VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; (Ano de 1856) – Censo constante do Relatório apresentado pelo José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 8; Censo de 1872.

Porém, mesmo após o fim do tráfico de escravos em 1850, muitos navios trazendo cativos foram interceptados no Porto da Barra de Itapemirim. Em relatórios apresentados pelos presidentes da Província do Espírito Santo, os mesmos relatam a presença de “embarcações suspeitas” em Itapemirim. Em 25 de maio 1855 o então presidente da Província Dr. Sebastião Machado Nunes, em relatório apresentado a Assembleia Legislativa, relata que, nos fins de setembro do ano anterior uma embarcação suspeita tentou desembarcar em Itapemirim, sendo apreendida em Itabapoana¹⁸. Apesar de não se tratar de uma embarcação com africanos, o presidente ressalta o perigo que o litoral capixaba estava sofrendo, o que leva a entender que muitos navios com escravos clandestinos tentavam desembarcar no local:

Contrabando de Africanos. Nem—um fato tem dado na província do desembarque de africanos boçaes (sic), ou de tentativa desse crime. Em fins de setembro dó ano próximo passado apareceu nas costa desta província

¹⁴CAMPOS, 2011, p.87, *apud* (Ano de 1824) VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; (Ano de 1856) – Censo constante do Relatório apresentado pelo José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 8; Censo de 1872.

¹⁵ Ano da promulgação da Lei Euzébio de Queirós.

¹⁶ FLORENTINO, 2011.

¹⁷ CAMPOS, 2011.

¹⁸ Região pertencente a Itapemirim.

para o lado de Itapemirim urna embarcação suspeita. Imediatamente o delegado do termo, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, deu parte desta ocorrência ao Dr. Chefe de policia, temendo desde logo as mais enérgicas providencias. Pedia auxilio a guarda nacional, da qual lhe foi prestado imediatamente um contingente comandado pelo tenente Joaquim Marcellino da Silva Lima. Com esta força e com a do destacamento de 1ª linha, que ali existe a mando do tenente José Caetano de 'Oliveira Rocha, pôs-se em segurança a costa de modo a tornar impossível um desembarque naquele ponto, caso fosse tentado. Quando aqui chegarão estas noticias achava-se surto no porto o brique (sic) escuna de guerra **Xingu**: imediatamente o 2º tenente Manoel Antonio da Rocha Faria desempenhou perfeitamente esta Comissão, saindo com toda a diligência e voltando depois de obter a convicção de que se não corria o risco de um desembarque de africanos naquele ponto. A embarcação suspeita, tendo-se afastado para o lado do Sul, foi apreendida em Itabapoana pelo comandante do destacamento pertencente à província do Rio de Janeiro, e depois relaxada pela autoridade competente em consequência de ter verificado que se não empregava no comércio de africanos. Não faço menção deste fato, e suas circunstancias, senão para pôr patente o espírito das autoridades da província, com a da mesma população a cerca do comércio ilícito de africanos; e sinto não ter presentes os nomes de todos os cidadãos guardas nacionais, que compuseram o continente, para fazer deles aqui especificada menção. Todo mundo compreende hoje que, para se não comprometer o futuro do país, é indispensável que a cessação do tráfico de africanos seja uma realidade¹⁹. (NUNES, 1855, p. 7-8)

Já em 1856, o presidente da Província Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, em relatório apresentado a Assembleia Legislativa, relata que havia sido apreendida uma embarcação com escravos em janeiro do presente ano, e que os traficantes estavam escolhendo pontos específicos, que eram São Mateus e Itapemirim para as tentativas de desembarcarem os cativos.

Tráfico. Depois da apreensão do palha bote Maty Smith em 20 de janeiro ultimo pelo brigue escuna Olinda na Barra de São Matheus, duas milha distantes da terra, nenhum mais outro fato de semelhante natureza teve lugar em todo o extenso litoral desta província, nem no seu interior. Todavia Srs. parece que os traficantes tem lembrado de escolher alguns pontos da costa desta província, sobretudo Itapemirim e S. Matheus, para alvos de suas temerárias e criminosas tentativas: mas é de esperar que a ação vigilante do cruzeiro e das autoridades e força de terra consigam frustrar esses planos imorais. E a presidência Srs. por sua própria convicção fiel observadora das ordens terminantes e altamente conveniente do governo

¹⁹ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 25 de maio de 1855. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

imperial em tão grave objeto, saberá rastrear os menores vestígios desse crime e promoverá a sua repressão com todo o rigor da lei²⁰. (BARROS, 1856, p. 7)

Outro relato feito sobre a presença de navios suspeitos trazendo escravos após a proibição do tráfico foi feito também em 1856, pelo Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, então vice-presidente da Província. Segundo Oliveira²¹, Silva Lima era um dos principais escravocratas e traficantes de escravos do Espírito Santo. O Barão ressalta a falta de força pública para combater o desembarque de africanos no litoral capixaba. Cento e tantos escravos haviam sido apreendidos em Itabapoana e pede que seja redobrada a atenção quanto aos navios chegando a Itapemirim.

Tráfico de Africanos. Suposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força pública e o quanto se prestam certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nenhum se tem dado desde 1851, em que se motogrou (sic) a ultima empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de polícia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana apreendeu cento e tantos africanos, e bem assim, toda a tripulação do barco que os trazia; e pois se pode considerar extinto na província esse ominoso (sic) comércio. Todavia essa presidência não tem cessado de recomendar a todas as autoridades a maior vigilância a tal respeito, com especialidade às de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo, aos pedidos ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província²². (LIMA, 1856, p. 14)

Assim, se percebe que, a presença de mão de obra vinda da África continuava uma constância nos portos capixabas. Não se pode afirmar que algum navio trazendo cativos africanos desembarcou em Itapemirim, mas devido aos pedidos de reforço policial, possivelmente isso era algo comum na região. É certo que, o número de africanos escravizados em Itapemirim era significativo na segunda metade do século XIX. Isso pode ser observado com os registros eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora de Itapemirim. Serão analisados nesta pesquisa os dados referentes aos Batismos e Óbitos de escravos, no período de 1860-1870.

Neste período foram registrados 770 batismo e 372 óbitos. Estes apresentam um número significativo de africanos, alguns podendo ter chegado a Itapemirim mesmo após o fim do tráfico. De acordo com o Gráfico I, referente aos óbitos de escravos, 77 (21%) registros de óbito referiam-se a africanos, correspondendo a 21% do total. Já o Gráfico II, referente

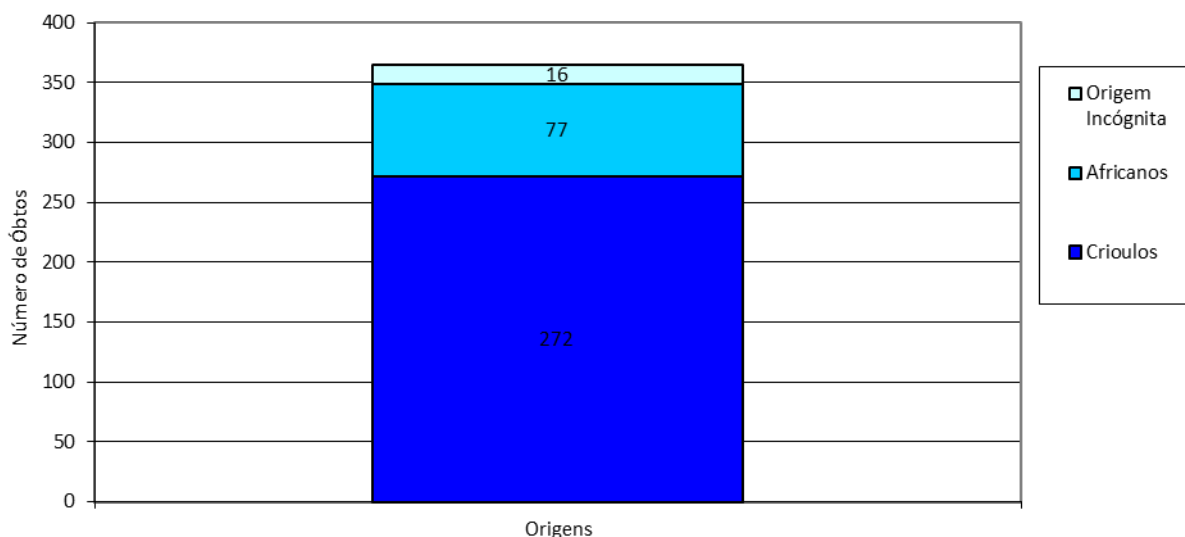
²⁰ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 23 de maio de 1856. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

²¹ OLIVEIRA, 2008.

²² Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 08 de março de 1856. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

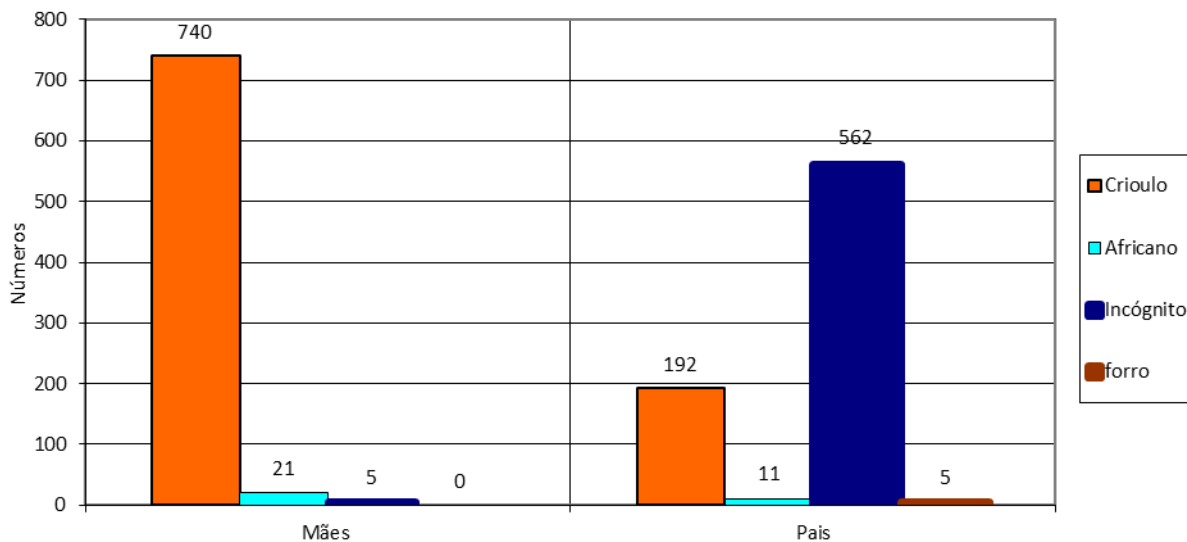
aos batismos de escravos, apresenta 21 mães africanas (3%) e 11 pais africanos (1,5%), este último dado considerando os registros que ocultam o nome do pai (562 registros – 73%). Se este número não for considerado, os registros de pais africanos correspondem a 10% dos registros. Outro dado que pode ser analisado é quanto aos registros de batismo com padrinhos e madrinhas africanos, sendo quatro padrinhos africanos (0,5%) e cinco madrinhas africanas (0,6%), um número pequeno se comparado aos padrinhos e madrinhas crioulos ou brancos. Observando os dados obtidos nos livros de batismo, o número de africanos é pequeno. Porém, nos registros de óbito este número é maior e mais significativo. Isso porque, possivelmente os africanos escravizados eram mais envelhecidos, estando mais presente nos registros de óbitos.

GRÁFICO I
Número de óbitos de Africanos e Crioulos na Freguesia de Itapemirim, E.S- 1860 à 1870.



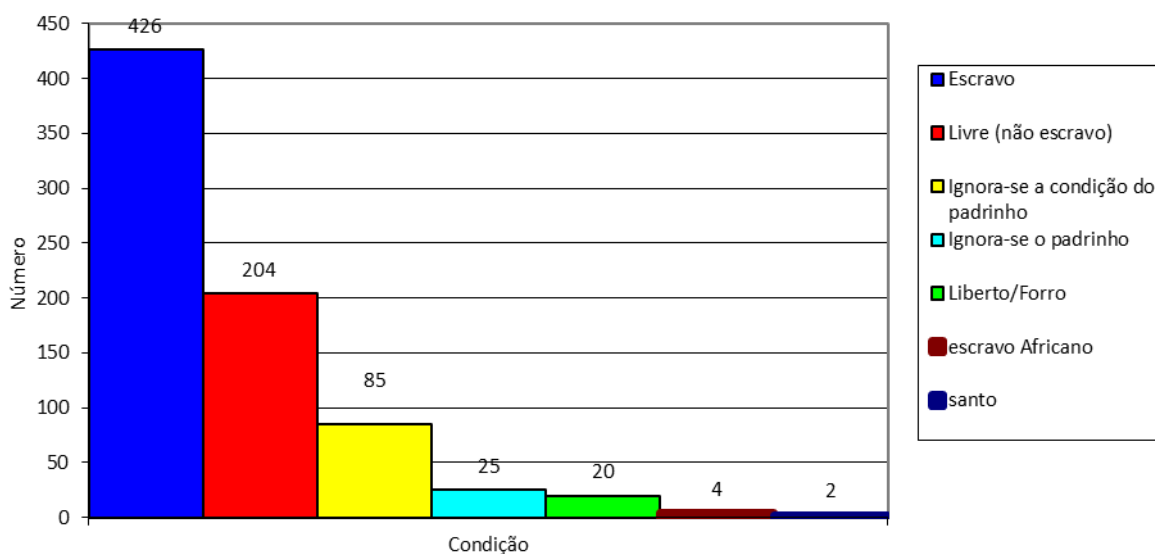
FONTE: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

GRÁFICO II
Número de registro de batismo de mãe e pai crioulos e africanos na Freguesia de Itapemirim, E.S-1860 à 1870.

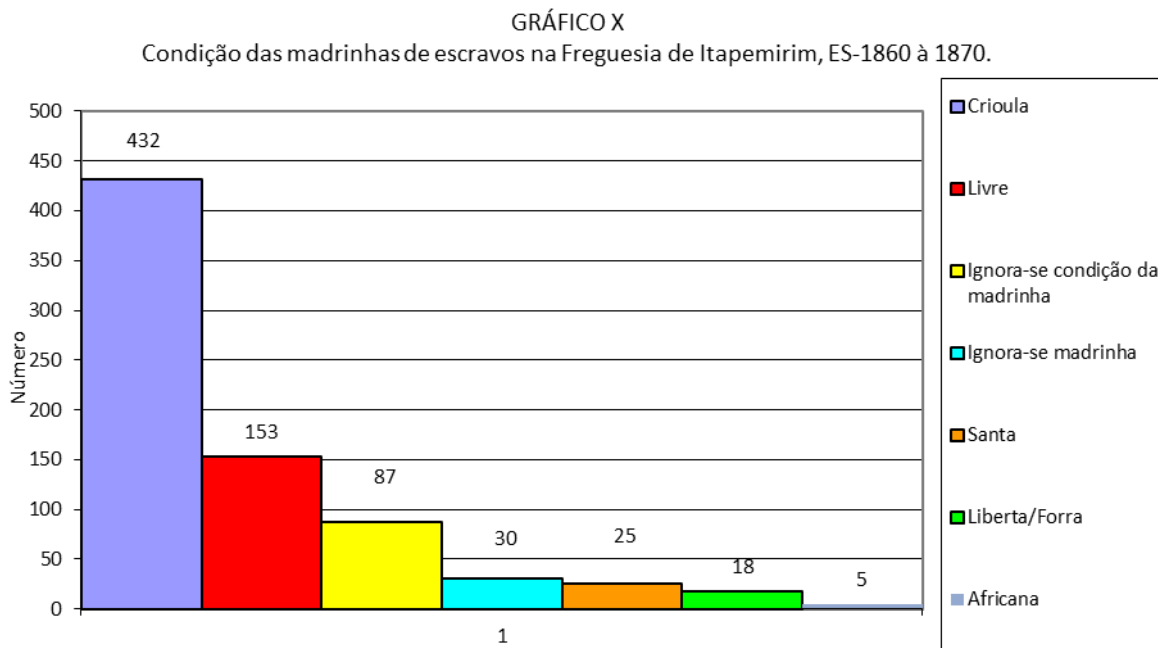


FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2.

GRÁFICO III
Condição dos padrinhos de escravos na Freguesia de Itapemirim ES-1860 à 1870.



FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2



FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2

A comparação dos gráficos nos faz perceber que havia um número considerável de africanos escravizados em Itapemirim, uma vez que o tráfico estava proibido e este número não se renovava. Este número foi diminuindo com o passar do tempo, pois muitos foram falecendo, conforme se vê no gráfico I. Mas ainda havia um número interessante, apesar de bastante reduzido, como se comprova no gráfico II, com a quantidade de mães e pais africanos que batizaram seus filhos nesta década. É preciso salientar que, o período da pesquisa corresponde a uma década após o fim do tráfico externo de escravos e pouco mais de uma década antes do final da escravidão, período em que era mais rara a entrada de africanos no Brasil para seres escravizados.

Dentre as origens dos africanos escravizados presentes nos registros, aparecem os seguintes nomes referentes às regiões de embarque na África: Africanos, Fasula, Nação, Moçambique, Mina de Nação, Angola, Benguela e Congo, predominando nos registros os escravos Nação. Nos registros de Batismo temos os seguintes dados: Africanos sem identificação de origem: quatro pais, oito mães, uma avó, dois padrinhos e três madrinhas; africanos de Nação: sete pais, treze mães, uma avó, dois padrinhos e duas madrinhas. Já nos registros de óbito temos os seguintes dados: Africanos sem identificação de origem: 17 óbitos de homens, nove óbitos de mulheres; Nação: 22 óbitos de homens, cinco de mulheres, um pai e uma mãe que sepultaram seu filho; Fasula: sete óbitos de homens e seis de mulheres; Moçambique: um óbito de homem e um de mulher; Mina de Nação: um óbito de homem; Angola: quatro óbitos de homens; Benguela: quatro óbitos de homens; Congo: quatro óbitos de homens.

TABELA 2:

ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS (1860-1870)

ORIGEM	PAI	MÃE	AVÓ	PAD.	MAD.
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	4	8	1	2	3
NAÇÃO	7	13	1	2	2

FONTE: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

TABELA 3:

ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE ÓBITO DE ESCRAVOS (1860-1870)

ORIGEM	HOMEM	MULHER	PAI	MÃE
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	17	9	-	-
NAÇÃO	22	5	1	1
FASULA	7	6	-	-
MOÇAMBIQUE	1	1	-	-
MINA DE NAÇÃO	1	-	-	-
ANGOLA	4	-	-	-
BENGUELA	4	-	-	-
CONGO	2	-	-	-

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2.

Pelos registros acima apresentados percebe-se que em Itapemirim havia uma quantidade significativa de africanos escravizados, vindo de diversos lugares da África. Os dados eclesiásticos não podem ser considerados dados demográficos, uma vez que só demonstram aqueles que participaram de algum sacramento católico. Mas, pode-se perceber a dimensão da escravaria de Itapemirim e como havia africanos escravizados nesta região a partir dos dados apontados.

Conclusão

O que se pode perceber, através deste trabalho é que a Diáspora Africana espalhou os africanos escravizados por muitos territórios na América. No Espírito Santo, que tinha uma economia voltada para o abastecimento interno com uma pequena quantidade de escravos se comparada às escravarias paulistas, cariocas e mineiras, havia uma quantidade significativa de africanos escravizados.

Isso se reflete em Itapemirim, que representava a segunda maior escravaria do Espírito Santo no século XIX. Muitos desses, como ficou demonstrado nos registros de batismo e óbito eram africanos. Por estes dados pode-se ter um demonstrativo da quantidade de africanos que existiam em Itapemirim, já que, registros eclesiásticos não equivalem aos dados demográficos. Porém, os mesmos demonstram aspectos estatísticos e demográficos que muitas vezes não são encontrados em outros registros.

É claro que a escravaria de Itapemirim entre 1860 e 1870 era abastecida por reprodução endógena, já que a maior parte dos registros, tanto de pais nos batismo, quanto de escravos mortos, tratavam-se de crioulos. Mas a presença dos africanos existe, principalmente nos registros de óbito, o que sugere que estes vivam em Itapemirim durante

o século XIX. Alguns podem ter chegado após o fim do tráfico, uma vez que nos relatórios provinciais havia a preocupação dos presidentes e vice-presidentes com o desembarque de navios trazendo africanos clandestinamente.

Enfim, como em muitas regiões brasileiras, o africano foi trazido para ser escravizado, sofrendo as duras penas da escravidão, mas ajudando na construção da sociedade brasileira e das diversas comunidades dentro do Brasil. Assim, esta pesquisa tenta remontar uma parte da história dos africanos escravizados, utilizando das fontes disponíveis para revelar a presença dos mesmos em Itapemirim-ES.

Artigo recebido em 19 jun. 2017.
Aprovado para publicação em 24 jul.2017.

Referências

Fontes Primárias

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 à 1872.

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Óbito de Escravos número 2, anos de 1859 à 1885.

CUNHA, F. M. Ofício dirigido ao Conde de Linhares sobre a Capitania, hoje Província do Espírito Santo – 1811. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1842.

RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo nos anos de 1839; 1845; 1852; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1864; 1867 e 1868. Disponível em <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>.

Livros e artigos

BITTENCOURT, Gabriel (org). *Espírito Santo: Um Painel da Nossa História*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes do Espírito Santo, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel. *Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1535 – 1980)*. Rio de Janeiro/ Vitória: Livraria Editora Cátedra em convenio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987

BITTENCOURT, G. *Noticias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

BRANDÃO, Ana Maria. *et al. Itapemirim/ Marataízes. Resgate Histórico, Cultural e Econômico. Cachoeiro de Itapemirim: S. E., 1999.*

CAMPOS, A. P. A Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. IN: FRAGOSO, João. *et al. (orgs.) Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português. Vitória: EDUFES; Lisboa: II C T, 2006.*

CAMPOS, A. P. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi: Revista de História*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.*

FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí,. 24 a 28/06/2012, p. 1-17.

FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.*

FLORENTINO, M. G. Sobre a lógica demográfica da “Plantation” no Brasil, 1789-1850. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da. (Orgs.). *O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão. Vitória, ES: GM, 2011, p. 45-73.*

FREIRE, M. A. *A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). Ilha de Vitória: Flor e Cultura, 2006.*

GOUVÊA, M. F. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c.1680-1730. In: FRAGOSO, J. GOUVÊA, M. F. *Nas Tramas das Redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.153-202.*

HALL, G. M. África e africanos na diáspora africana: os usos de bancos de dados relacionais. In: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 318-331.

HESS, Regina Rodrigues/ FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República e o Espírito Santo – 2ª ed., Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.*

HEYWOOD, Linda. (Org.) *Diáspora Negra no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2008.*

LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2011.*

MACIEL, Cleber da Silva. *Negros no Espírito Santo. Vitória, Departamento de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994*

MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.41-104.

MORENO, L. R. *Itapemirim*: Como tudo começou. Serra: Formar, 2016.

OLIVEIRA, José Teixeira. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PRICE, Richard. O Milagre da Crioulização: Retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 383-419, 2003.

RIBEIRO, L. C. M. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, G., RIBEIRO, L. C. M. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória-ES: Secult, 2012, p.171-200.

TAVARES, J. C. DIÁSPORA AFRICANA: A EXPERIÊNCIA NEGRA DE INTERCULTURALIDADE. In: *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF*. Rio de Janeiro/ Niterói – EdUFF, n.10, 2008-2010, p.77-85.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.